

Boa preliminar para o ajuste fiscal

A rejeição, nesta semana, pela Câmara dos Deputados de três destaques para votação em separado (DVS), relativos ao projeto de emenda da Previdência Social, veio fortalecer a proposta de ajuste fiscal do governo, embora não implique, de imediato, redução de gastos.

Dos três destaques, o mais importante é o que procurava impedir a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria. Com a derrubada do DVS, a idade mínima passa a ser de 53 anos para homens e 48 para mulheres, desde que tenham tempo de contribuição de 30 anos e de 35 anos, respectivamente. Não é o que o governo tencionava, mas implica uma mudança de conceito, que está destinada a ter desdobramentos no futuro, de acordo com as condições sociais do País.

Pelo regime ainda em vigor, até que a emenda seja promulgada, o que deve acontecer dentro de 15 a 20 dias, a aposentadoria é determinada unicamente pelo tempo de serviço registrado em carteira, permitindo que muitos trabalhadores passem precocemente à inatividade. Haverá, sim, uma redução de gastos da Previdência Social, mas esta só será mais sensível dentro de sete anos, no mínimo, como admitem os técnicos do governo.

Outro destaque visava impedir que a complementação de salários dos servidores públicos que ganham mais de R\$ 1.200 pudesse ser feita por instituições privadas de previdência complementar. Isso contrariava o propósito do governo de eliminar a diferenciação entre os regimes de aposenta-

doria dos funcionários públicos e dos trabalhadores em geral, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Dentro desse espírito, os servidores públicos, nos níveis federal, estadual e municipal, devem passar a contribuir para fundos de pensão, que podem ser fechados, nos quais só se admitem funcionários de determinados ministérios ou órgãos,

A sociedade espera que as medidas de ajuste sejam aprovadas o mais rápido possível

ou abertos, de livre escolha pelos interessados. Essas instituições, por sua natureza, não são de direito público, e, sim, privado. Esse será o regime para todos os que ingressarem no serviço de ora em diante, mas não está claro ainda como será feita a transição de um sistema para outro para os servidores em atividade. Pelas medidas previstas pelo ajuste, os servidores, durante cinco anos, terão de arcar, além do desconto em folha de 11% para a Previdência, com uma contribuição adicional de 9%. Espera-se que, nesse período, comecem a ser constituídos os fundos de pensão específicos para a complementação de aposentadorias no setor público, abrangendo estados e municípios. Foi derubado também um destaque de menor importância, tratando do trabalho em condições insalubres, tema que será objeto de lei complementar.

Para o governo, o resultado foi muito animador,

confirmando-se a sua sólida maioria no Congresso, que permitiu remover um dos últimos obstáculos para a reforma da Previdência, que só depende, agora, de redação final e de alguns acertos no Senado. Nas três votações, o governo conseguiu mais de 340 votos, bem acima do quórum de três quintos dos votos dos 513 deputados exigido para aprovação de emendas constitucionais.

Líderes parlamentares experientes evitam cantar vitória, lembrando que cada votação tem suas particularidades e precisa ser negociada incansavelmente. Com efeito, as votações da última quarta-feira, em vez de comemorações, devem estimular os partidos que apóiam o governo a manter-se alinhados para a votação de medidas essenciais do Programa de Estabilidade Fiscal.

Além da repercussão externa, que seria muito prejudicial ao País, se os destaques fossem aprovados, o clima de ansiedade que hoje domina o País começa a desanuviar-se. O interesse da sociedade brasileira neste momento é de que as medidas de ajuste fiscal possam ter a tramitação mais rápida possível para que o ritmo de atividade possa ser retomado sem sustos.

Como já dissemos, seria saudável que o governo desde já pudesse baixar os juros, mas não deixa de ser alentadora a perspectiva de que o custo do dinheiro possa baixar depois de ser aprovado o ajuste fiscal, como têm prometido as autoridades. A finalização da reforma da Previdência ocorre, portanto, na hora certa. ■